

O SISTEMA DE SAÚDE DA MARINHA

ao longo dos 200 anos da Independência

Regis Augusto Maia Frutuoso*¹

Antonio Jatobá Lins Filho*²

O Imperador Dom Pedro I, após o ato de Independência do Brasil, tinha um firme propósito em implantar um processo de modernização do País abrangendo todas as áreas. As transformações políticas, sociais, culturais e econômicas com impactos na administração, estrutura e economia das instituições que ocorreram nesse período trouxeram resultados positivos tanto aos militares como à população civil. Na área da assistência médica foram estabelecidas novas possibilidades para o desenvolvimento de um melhor atendimento médico aos militares e seus dependentes.

Desde a chegada dos militares no Brasil, quando acontecia de adoecerem ou se acidentarem, eram encaminhados às propriedades de famílias abastadas para recuperação, ficando alojados nas casas que serviam de residências aos colonos e escravos. Mas, com a criação do Hospital Imperial de Marinha da Corte, hoje,

Pórtico do HCM em dois momentos distintos

Fotos: Arquivo da Marinha



Hospital Central da Marinha, na Ilha das Cobras, a assistência médica, que era prestada com enormes carências aos marinheiros e soldados, passou a assegurar a humanização e eficácia necessária.

OS PRIMEIROS MILITARES DOENTES

O contingente militar que chegava ao Brasil aumentava gradativamente. Os proprietários que acolhiam os militares enfermos, por vezes, recebiam indenização do governo português pelos serviços prestados, porém, ao longo do tempo, vinha ocorrendo insatisfação das famílias pelo comportamento inadequado dos doentes hospedados.

A Coroa portuguesa, preocupada com a preservação da saúde dos militares das Forças de Terra e Mar, cujo contingente aumentava, autorizou a construção de hospitais para proporcionar aos enfermos ou acidentados condições de recuperação. Assim, observa-se que já havia uma preocupação por parte da Coroa em oferecer aos militares enfermos condições de recuperação do estado de saúde e manutenção da subsistência.

O LARGO DA MISERICÓRDIA: HOSPITAL DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA (1582)

A confraria da Santa Casa da Misericórdia foi fundada em 1498, na cidade de Lisboa, Portugal. Era uma associação de leigos que desfrutava de privilégios. Difundiu-se por todo o império português e por suas colônias no além-mar.

No Brasil, a primeira Santa Casa foi a de Santos, fundada por Brás Cubas em 1543. No Rio de Janeiro, coube ao jesuíta José de Anchieta criar a filial dessa irmandade, em 1582. A Coroa autoriza a construção do hospital pela Irmandade da Misericórdia, nos moldes do existente em Portugal. A função da Santa Casa, até então, era distribuir remédios, alimentos e agasalhos para os mais necessitados. O padre José de Anchieta desempenhou um papel importante nesse marco histórico, pois, com o auxílio da população e com a Confraria dos Irmãos da Misericórdia, foi possível construir um local adequado para que os doentes fossem abrigados e tratados.

No hospital da Santa Casa da Misericórdia eram atendidos a população carente, os soldados, os marinheiros das guarnições das naus de guerra (inclusive de outros países) e presos. Por tais serviços, a Fazenda Real contribuía com numerário. Os marinheiros estrangeiros

adoentados, que aqui aportavam, eram tratados graças a uma pequena taxa cobrada dos navios que atracavam. O Hospital da Misericórdia passou a receber e tratar todos os homens do mar com a mesma dedicação, assistência e caridade com que costumava assistir aos pobres, fornecendo até mesmo mortalha e sepultura aos que viessem a falecer. Os mendigos e escravos constituíam um expressivo número de necessitados que procuravam o hospital da Santa Casa. Desta forma foi necessário destinar um espaço próprio para que eles pudessem receber um tratamento adequado, sem comprometer um bom atendimento também destinado aos militares.

Ainda assim, havia militares doentes que ficavam aos cuidados de famílias e outros eram baixados no Hospital da Misericórdia, quando uma recuperação era provável. No caso de necessitarem de tratamento mais prolongado ou com a possibilidade de invalidez, eram embarcados na próxima nau com destino a Portugal. A Coroa portuguesa, então, como dever de Estado, devia cuidar da saúde de seus servidores e, assim, cada vez mais fazia-se necessário um hospital próprio para as forças militares.

NAS FRALDAS DO MORRO DE SÃO BENTO: HOSPITAL DA GUARNIÇÃO DAS NAUS PRIMEIRO HOSPITAL MILITAR (1727)

Em 1727, passaram os militares doentes a ser atendidos e internados em um prédio próximo ao Morro de São Bento - Hospital da Guarnição das Naus ou da Frota - localizado na rua do Quartel da Armada ou rua dos Quartéis, hoje Beco do Bragança.

Na época, as ruas eram estreitas, para defesa contra o sol inclemente dos trópicos. A fachada de uma residência aproximava-se da casa fronteira para proporcionar alguma sombra. Este local também foi considerado impróprio, pela inexistência de ventos favoráveis, por estar cercado de muitas casas que o tornava extremamente abafado, além da vizinhança que o acusava de fonte de doenças e miasmas.

Nesse cenário da época, a população vivia em pânico, devido à alta mortalidade por epidemias conjugadas, tais como: varíola, tifo, diarreias, febres de etiologias diversas e desconhecidas, dando continuidade ao ciclo devastador, com um quadro terrível de flagelos e mortes. Como a população local responsabilizava o Hospital da Guarnição das Naus como fonte dos problemas de saúde, passou-se a estudar um novo local para acolher os militares.

NO MORRO DO CASTELO: HOSPITAL REAL MILITAR E ULTRAMAR - HOSPITAL MILITAR DA CORTE (1769)

Os motivos anteriormente expostos e a necessidade de instalações maiores fizeram com que, em fins de 1768 e princípio de 1769, os militares das Forças de terra e mar e seus familiares doentes fossem assistidos no ex-colégio dos jesuítas, no hoje arrasado e transformado em Esplanada, Morro do Castelo, estabelecendo-se o Hospital Real Militar e Ultramar, também conhecido como Hospital Militar do Morro do Castelo ou Hospital Militar da Corte.

Dessa forma, os padres da Companhia de Jesus foram, no começo da vida desta cidade, os médicos de nossa terra. Em 1769, o Conde de Azambuja, Vice-Rei, declinou do uso do ex-colégio para sua moradia em favor da implantação de um hospital maior, que iria proporcionar mais conforto aos militares e familiares, fazendo uma comunicação ao rei sobre as instalações:

Ilmo e Exm^oSr. - as casas que foram colégio dos jesuítas e onde meu antecessor estava fazendo acomodação para os Vice-Reis, estão já servindo de hospital militar, conforme dei conta a sua majestade que determinava fazer, por ser o hospital antigo tão apertado para o número de tropas que, muitas vezes, para acomodar os doentes era preciso por dois em cada cama.

No hospital novo, não somente há a largura necessária, mas tem-se já experimentado, que os doentes morrem menos e convalescem com mais brevidade. O hospital velho, antes de se lhe dar aquele uso, servia de quartel a oficiais das naus de guerra, pelo que se está preparando para tornar a ter a mesma serventia, com o que se poupa à fazenda real

os alugueres das casas que se davam aos oficiais da marinha, 22 de janeiro de 1769. (a) Conde de Azambuja (In "Histórico da Hospitalização Militar no Brasil").

Em 1808, chega ao Rio de Janeiro a família real portuguesa com quase toda a Marinha Portuguesa, para aqui se estabelecer, enquanto perdurasse, por lá, a ocupação pelo exército de Napoleão. A permanência de D. João VI no Brasil, como Príncipe Regente e como Rei, foi prolongada: treze anos, mas, para o Brasil foi benéfica. O País passou a ser sede do governo e no caso particular do hospital militar, houve muitos benefícios com a nova situação.

No hospital militar, em 5 de novembro de 1808, é fundada a Escola Anatômica Cirúrgica e Médica - o embrião da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Os militares inválidos necessitavam de local próprio, então o Vice-Rei, Conde de Resende, em 1794, estabeleceu uma casa para abrigá-los. Atualmente não mais existe, permanecendo apenas o nome do local da instituição, em uma rua no Centro do Rio de Janeiro: Rua dos Inválidos.

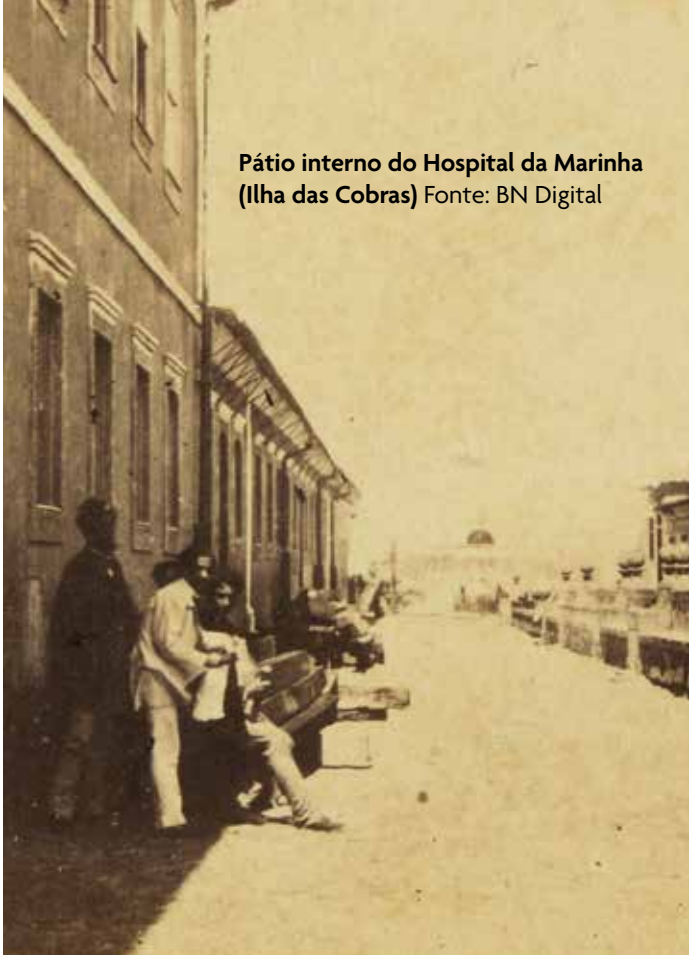
Em 1828, é sugerida a transferência do Hospital Militar da Corte para outro local por motivos diversos: dificuldade de locomoção, pois o hospital ficava localizado no alto do Morro do Castelo, com ladeiras íngremes e perigosas, ventos excessivos vindos do mar, além de odores fétidos insuportáveis, trazidos pela maré.

Assim, o Hospital Militar da Corte é transferido para a Ilha das Cobras, agora com a denominação de Hospital Imperial de Marinha da Corte, iniciando suas atividades médicas em março de 1834. A Ilha das Cobras, na Baía de Guanabara, Rio de Janeiro, próxima ao continente, em frente ao morro de São Bento, de

No alto da Ilha das Cobras é vista a capela dedicada a São José, encravada na Fortaleza



Pátio interno do Hospital da Marinha (Ilha das Cobras) Fonte: BN Digital



Abaixo, peças de porcelana com a inscrição Hospital Imperial de Marinha da Corte, descobertas em 2000, por ocasião de obras realizadas na Fortaleza de São José

Fonte: Acervo do Autor



Hospital da Marinha da Capital Federal

Fonte: Arquivo da Marinha

localização privilegiada, reúne um complexo de fortificações defensivas recebendo o hospital em sua parte alta, nas dependências da Fortaleza de São José. Em 1883, era cortada por vielas estreitas, íngremes com calçamento e trajeto irregulares. Ao ser proclamada a República, em 15 de novembro de 1889, passa o hospital a ser denominado Hospital Naval da Capital Federal; em 25 de setembro de 1890, Hospital da Marinha do Rio de Janeiro, e em 1913, Hospital Central da Marinha (HCM).

Com a demanda crescente na prestação de serviços médicos hospitalares à Família Naval, o HCM não comportava atender a todas as necessidades que se apresentavam em uma população militar crescente fisicamente e também em suas necessidades assistenciais. Era impreciosa



Fachadas do Hospital Naval Marcílio Dias (acima) e da Odontoclínica Central da Marinha (à direita)

a construção de um hospital maior. A alta Administração Naval decidiu, então, construir um centro médico naval, com a finalidade de centralizar os serviços de saúde no estado da Guanabara (atual estado do Rio de Janeiro). A nova organização militar também funcionaria como hospital de base, sendo o último elo da cadeia hospitalar da Marinha em todo o Brasil. Seria ainda o responsável pelas funções de ensino e pesquisa. Assim, em 1988 foi inaugurado o Hospital Naval Marcílio Dias (HNMD), Nau Capitânia do Sistema de Saúde da Marinha, que constitui hoje um dos mais avançados complexos hospitalares do Brasil, sendo referência nacional em diagnóstico e tratamento, de nível terciário, a seus usuários.

Atualmente, as instituições hospitalares da Marinha compreendem sete hospitais, cinco policlínicas, uma odontoclínica central, um laboratório farmacêutico e uma Unidade Integrada de Saúde Mental, além de diversos ambulatórios, inclusive nas organizações militares que



não compõem o Sistema de Saúde da Marinha (SSM) mas que dão suporte aos diversos usuários do Sistema.

A DIRETORIA DE SAÚDE DA MARINHA (DSM)

Com sede no Rio de Janeiro, RJ, a DSM foi criada pelo Decreto nº 16.237, de 5 de dezem-

bro de 1923, dando continuidade e substituindo a Inspetoria de Saúde Naval, que foi constituída na forma do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 4.326, de 22 de janeiro de 1902, e reorganizada pelo Decreto nº 6.507, de 11 de junho de 1907. Teve o seu nome mudado para Diretoria de Saúde Naval pelo Decreto nº 18.506, de 27 de maio de 1945. Voltou à denominação de Diretoria de Saúde da Marinha pelo Decreto nº 32.488, de 30 de março de 1953, quando teve suas atividades regulamentadas.

A partir de então, a DSM teve seu Regulamento alterado seguidas vezes e, atualmente, suas atividades e organização são instituídas pelo Regulamento aprovado pela Portaria nº 97, de 31 de outubro de 2016, do Diretor-Geral do Pessoal da Marinha (DGPM).

MEDICINA NUCLEAR ACIDENTE COM CÉSIO-137

No Brasil, as Forças Armadas dispõem de recursos e instalações especializadas em medicina nuclear, com equipes treinadas e qualificadas em três hospitais militares: o Hospital Naval Marcílio Dias (HNMD), o Hospital da Força Aérea do Galeão (HFAG) e o Hospital Central do Exército (HCE).

O HNMD, desde 1972, iniciou a formação de equipe médica para atendimento às vítimas de acidentes nucleares.

Em 1978, foi firmado convênio com Furnas para prestação de assistência médica especializada às vítimas de radioatividade nuclear.

Em 1980, a Marinha do Brasil passou a dispor de equipamento de contagem radioativa de corpo inteiro.

Em 1987, a manipulação por catadores de sucata que desmontaram um equipamento utilizado em radioterapia, para vender o material a um ferro-velho, ocasionou o maior acidente radioativo do mundo, ocorrido fora de usinas nucleares, em Goiânia, com o Césio-137.

A participação da Marinha do Brasil, nesse acidente, foi ativa e imediata após a solicitação de apoio médico da Comissão de Energia Nuclear (CNEM) ao Hospital Naval Marcílio Dias.

O relato da CMG (RM1-S) Sonia Rocha, enfermeira que participou ativamente daquele evento nos diz o seguinte: “O acidente radioativo com o Césio 137, ocorrido em Goiânia em 1987, foi um gravíssimo episódio de contaminação radioativa, sem precedentes na história. A Marinha do Brasil teve participação decisiva no atendimento às vítimas e coube ao Hospital

Naval Marcílio dias receber os quatorze pacientes em estado mais grave. Entre 1º de outubro de 1987 e fevereiro de 1988, a equipe multiprofissional do HNMD atuou bravamente no atendimento a essas vítimas, tendo o apoio incondicional dos físicos e técnicos em radioterapia da Usina Nuclear de Angra dos Reis”.

MEDICINA HIPERBÁRICA

O Hospital Naval Marcílio Dias (HNMD) foi pioneiro na implantação de uma Clínica de Medicina Hiperbárica hospitalar no Brasil, cujo funcionamento data de 1985. A Clínica ministra tratamento adjuvante a pacientes portadores de patologias que apresentem algum grau de hipóxia em sua fisiopatologia. Promove, ainda, aulas e cursos coordenados pela Escola de Saúde do HNMD e pelo Centro de Instrução Almirante Átilla Monteiro Achê (CIAMA).

CONCLUSÃO

O desenvolvimento do Sistema de Saúde da Marinha no formato que apresenta nos dias de hoje e que se mantém em evolução teve seus primórdios no período do Brasil Império.

Nestes duzentos anos, manteve-se focado na assistência e, de forma visionária, em busca de se aprimorar, seja nas instalações físicas, com a construção do Hospital Naval Marcílio Dias e a obra de reforma e ampliação da Odontoclínica Central da Marinha, seja no preparo dos recursos humanos por intermédio de cursos e estágios no Brasil e no exterior e que atuam direta ou indiretamente com os pacientes.

Em duzentos anos, o número de usuários cresceu, bem como novas patologias surgiram. Mesmo frente aos desafios diversos, a DSM tem cumprido sua missão de planejar e supervisionar as atividades técnicas e gerenciais do Sistema de Saúde da Marinha e, como Órgão de Supervisão de Subsistemas, supervisionar os Subsistemas Assistencial, Médico-Pericial e de Medicina Operativa. ■

*1 Capitão de Mar e Guerra (Refº-Md), Auditor Médico-Pericial do Centro de Perícias Médicas da Marinha, Membro Titular da Academia Brasileira de Medicina Militar

*2 Capitão de Mar e Guerra (RM1-CD), Encarregado da Divisão de Acordos Administrativos da Diretoria de Saúde da Marinha, Editor da Revista Arquivos Brasileiros de Medicina Naval